

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Inflação em 12 meses supera centro da meta	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Preço dos combustíveis pressiona inflação	4
Título: Petrobras volta a vender gasolina mais barata que exterior	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Confiança dos empresários cai em setembro	7
Título: O passado é incerto	8
Título: Inflação em fase perigosa	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Petrobras adia reajuste do gás	12

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/10/2018****Seção: Economia****Autor: Daiane Costa E Matheus Maciel****Título: Inflação em 12 meses supera centro da meta**

Fora do alvo

A inflação oficial medida pelo IBGE voltou a acelerar em setembro, para 0,48% com a alta do preço dos combustíveis. No acumulado em doze meses, o índice chegou a 4,53%, ultrapassando o centro da meta estipulada pelo Banco Central (de 4,5% para este ano), pela primeira vez desde março de 2017. A tendência, segundo analistas, é que a inflação encerre o ano num patamar ainda mais elevado, como reflexo das valorizações do dólar e do petróleo.

O resultado de setembro é o maior para o mês desde 2015 e foi puxado por uma alta de 3,94% no preço médio do litro da gasolina. O combustível é influenciado não só pela alta do dólar como pelo aumento da cotação do petróleo no mercado internacional, duas variáveis-chave na política de preços da Petrobras.

— A Petrobras autorizou aumento na ordem de mais de 7% no preço do combustível nas refinarias em setembro. Essas altas acabaram sendo repassadas ao consumidor — explicou Fernando Gonçalves, coordenador de Índices de Preços do IBGE.

REVISÃO DE PROJEÇÕES

Após a divulgação da inflação em setembro, o Itaú revisou a projeção do índice de 2018 de 4,1% para 4,5%. A mudança considerou que a alta do barril de petróleo, atualmente cotado próximo de US\$ 85, vai fazer com que a inflação média da gasolina em 2018 fique em 19%, ante os 12% estimados anteriormente. O Ibre/FGV já projeta inflação de 4,7% para o ano. Em 2017, o índice ficou em 2,95%.

— Até maio desse ano, as estimativas eram de uma inflação de, no máximo, 3,6% para 2018. Depois disso, começamos a acumular uma desvalorização cambial que gerou uma gordura difícil de não ser repassada. O dólar impactou os combustíveis e as commodities agrícolas, como a soja e o milho, que acabam encarecendo o preço da ração animal e, consequentemente, da carne bovina e de aves; e do trigo, que impacta para cima os preços de biscoitos, massas e pães

— explica André Braz, economista do Ibre/FGV, ressaltando que, juntos, gasolina e alimentos consumidos em casa têm peso significativo no orçamento das famílias, correspondendo a algo entre 25% e 30% dos gastos.

O preço do pão francês, por exemplo, já sofreu reflexos este mês, observa Luiz Roberto Cunha, economista da PUC-Rio. Subiu 0,96%.

— Há uma tendência de que o IPCA de outubro seja até mais alto do que o de setembro, no mínimo algo em torno de 0,5 ponto percentual acima. Isso vai fazer com que a inflação nos 12 meses do ano fique bem acima do centro da meta. E, no segundo semestre, dezembro é o mês que costuma ter a inflação mais alta — explica Cunha, que projeta um IPCA de, no mínimo, 4,6% para 2018.

A inflação do mês também foi influenciada pelo acréscimo de 16,81% nos preços das passagens aéreas, em razão do feriado da Independência. Por conta da alta nesses dois itens, o grupo de transportes foi o que mais acelerou em setembro, em relação ao mês anterior. Teve alta de 1,69%. Comunicação e vestuário foram os únicos dois grupos com deflação no período, com recuo médio de preços de 0,07% e 0,02%, respectivamente.

ESPAÇO PARA ALTA DE JUROS

O diesel e o álcool também tiveram altas significativas em setembro. O primeiro subiu 6,91%, mesmo com a política de subsídio, e o segundo, 5,42%. Ambos vinham de deflações nos meses anteriores. O preço médio do diesel havia recuado em junho, julho e agosto e o do álcool em julho e agosto. Segundo Fernando, o diesel foi impactado pela valorização do dólar.

O álcool teve acréscimo, explica Braz, em razão da redução da oferta de cana de açúcar, em período de entressafra e com maior direcionamento para a produção de açúcar, pelo setor sucroalcooleiro.

Ao ultrapassar o centro da meta, avalia Cunha, a inflação abriu caminho para o BC aumentar a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 6,5% ao ano: — O Banco Central sinalizou na última ata (da reunião do Copom) que a inflação iria correr nos próximos meses e no ano que vem acima do centro da meta. Por isso, deve aumentar a taxa duas vezes este ano.

Ele prevê duas altas de 0,25 ponto percentual cada, o que elevará a taxa para 7% ao fim deste ano. Em 2019, a Selic deve crescer ainda mais, para 8%, avalia.

O grupo de alimentação e bebidas, que corresponde a um quarto dos gastos das famílias, teve alta de 0,10% em setembro, após duas deflações seguidas. Os destaques foram frutas (4,42%), arroz (2,16%) e pão francês (0,96%).

O grupo de alimentação fora de casa teve alta de 0,29%, com destaque para aumentos médios de 0,57% do preço do lanche e de 0,19% da refeição.

Em agosto, a inflação havia ficado negativa em 0,09%, a menor para o mês em 20 anos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima

Título: Preço dos combustíveis pressiona inflação

Alta da gasolina, do etanol e do diesel surpreende analistas e leva IPCA de setembro ao resultado mais elevado desde 2015

São Paulo- A inflação subiu 0,48% em setembro, e metade disso veio do avanço dos preços dos combustíveis, segundo divulgou nesta sexta-feira (5) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Foi o resultado mais alto do IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) para o mês de setembro desde 2015.

Surpresos com a trajetória do petróleo no mercado internacional e os seus efeitos sobre os combustíveis internamente, analistas de mercado revisaram as projeções para a inflação de 2018, agora mais próximas do centro da meta estabelecida pelo BC (Banco Central), de 4,5%.

No início do ano, a expectativa é que a inflação encerrasse 2018 ao redor de 3%.

"Começamos o ano com folga em relação à meta, esperando alta de 3,5% para a inflação, mas a alta dos preços das commodities, a desvalorização do câmbio e os preços do petróleo mudaram esse cenário, diz Elson Teles, economista do Itaú Unibanco.

Nesta sexta, o Itaú ajustou mais uma vez a previsão para a inflação neste ano, de 4,1% para 4,5%.

O banco revisou a projeção para o barril tipo Brent, negociado em Londres, de US\$ 72 para US\$ 85, o que mantém os combustíveis, em especial a gasolina, sob pressão. Em 12 meses, Teles lembra que só os combustíveis respondem por um ponto percentual da alta de 4,53% do IPCA.

A MCM Consultores também ajustou as expectativas para a inflação. Em agosto, a alta prevista para o ano era de 4,2%, passou para 4,4% no início de setembro e agora está em 4,5%. Além dos combustíveis, o resultado considera também a trajetória dos preços de energia elétrica.

Em 12 meses, a conta de luz é a segunda maior fonte de pressão sobre a inflação, respondendo por 0,75 ponto da alta do índice.

A equipe do Bradesco também destaca a alta dos preços internacionais de petróleo nas últimas semanas, mas ressalta que apressão no curto prazo — vinda não só de combustíveis, mas também de alimentos — é suavizada pelos dados de atividade econômica.

A tendência de crescimento, diz o Bradesco, ainda é tímida, e a ociosidade da economia se mantém elevada.

O Bradesco espera alta de 4,4% para a inflação em 2018, o que não deve levar o Banco Central a mexer na taxa básica de juros, a Selic, em 6,5% ao ano desde março.

Lá para o ano que vem, diz o Bradesco, o quadro muda um pouco. É esperado que o BC eleve a taxa de juros de 6,5% para 8%, justamente para conter possíveis choques.

Na avaliação do Goldman Sachs, as projeções para os preços seguem sob controle, mas há o risco de o BC começar a subir a taxa Selic antes do fim do ano, sobretudo se o cenário externo se mantiver desafiador para emergentes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras volta a vender gasolina mais barata que exterior

Rio de Janeiro- No primeiro mês após revisão em sua política de reajustes dos combustíveis, a Petrobras mexeu no preço da gasolina apenas quatro vezes, média de um ajuste por semana. Para especialistas, a empresa voltou a praticar valores abaixo do custo de importação.

Foi o maior período de estabilidade desde que a companhia autorizou reajustes diários, em julho de 2017, como resultado da adoção, em 6 de setembro, de instrumentos para suavizar o repasse da volatilidade externa ao consumidor.

De julho de 2017 a agosto de 2018, a empresa fez em média quase 18 reajustes por mês. A revisão na política de reajustes foi anunciada após escalada nos preços dos combustíveis que culminou na paralisação dos caminhoneiros contra a alta do diesel em maio.

Agora, a Petrobras admite passar períodos com os preços descolados das cotações internacionais. Para evitar prejuízos, disse em setembro, pode adotar mecanismos de proteção financeira, como operações de compra e venda de títulos no mercado futuro.

Durante os últimos 30 dias, foram duas altas — que levaram o preço da gasolina nas refinarias ao recorde desde a adoção dos reajustes mensais, de R\$ 2,2514 por litro — e duas reduções. No período, a gasolina vendida pela estatal teve alta de 0,4%.

Cálculos feitos por especialistas mostram que a Petrobras está vendendo o combustível com preço abaixo da chamada paridade de importação, conceito que inclui os custos de aquisição no exterior e transporte para o Brasil.

Segundo Walter Vitto, da Tendências Consultoria, o preço médio praticado pela estatal no período, de R\$ 2,23 por litro, ficou 7,5% abaixo dos R\$ 2,40 por litro que custariam o produto importado.

De acordo com projeções do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), o preço interno esteve acima da paridade de importação por apenas quatro dias entre 6 de setembro e 1º de outubro — mais recente dado disponível da consultoria.

"Podemos dizer que reduziu efetivamente a volatilidade para o consumidor", comentou Vitto. "Mas, em termos de ganhos e perdas [para a Petrobras], precisamos esperar um pouco mais. Um mês é um prazo muito curto para avaliar uma política."

A possibilidade de praticar preços abaixo do mercado internacional era rechaçada pelo ex-presidente da estatal Pedro Parente, que pediu demissão em meio à pressão contra a empresa gerada pela paralisação dos caminhoneiros.

Ele foi substituído pelo diretor financeiro da companhia, Ivan Monteiro, defensor da mesma política de preços.

A gestão atual nega que tenha havido mudança nessa política e diz que os mecanismos de proteção financeira compensam eventuais perdas com a estabilidade dos preços.

A Petrobras não quis comentar a evolução dos preços no último mês.

A mudança nos reajustes foi adotada depois de escalada que levou o preço da gasolina nas bombas aos maiores níveis em mais de dez anos.

Na última semana, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o litro da gasolina era vendido nos postos a R\$ 4,69, em média, no país. Nesta sexta (5), a proposta da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) para obrigar produtores e importadores de gasolina a abrir suas fórmulas de preços sofreu revés do próprio governo.

Com apoio do Ministério do Planejamento, o presidente Temer vetou dois artigos que tratavam sobre o tema na medida provisória 838, da subvenção ao preço do diesel.

A ANP abriu tomada de contribuições para analisar a viabilidade de obrigar as empresas a abrir suas fórmulas de preços por ponto de entrega.

A agência argumenta que a transparência é necessária em um mercado monopolista.

Em despacho no Diário Oficial, Temer diz que a abertura das fórmulas contraria os conceitos de livre iniciativa e livre concorrência previstos na Constituição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/10/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Confiança dos empresários cai em setembro

A confiança dos empresários caiu pelo sexto mês consecutivo em setembro pelo critério de médias móveis trimestrais, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O recuo de 1,9 ponto registrado pelo Índice de Confiança Empresarial (ICE) da FGV levou o indicador para 89,5 pontos, menor nível desde setembro de 2017. O ICE reflete um período de incertezas, seja quanto ao futuro presidente, seja quanto à economia.

O superintendente de Estatísticas Públicas da FGV Ibre, Aloísio Campelo Jr., notou: "Depois das perdas com a greve dos caminhoneiros e do esboço de recuperação em julho, o resultado desfavorável de setembro mostra que os fatores negativos, como a incerteza eleitoral, a piora do cenário externo e o ritmo lento da economia, continuam pressionando a confiança empresarial para baixo".

O indicador resulta da consolidação dos índices de confiança de quatro setores pesquisados pela FGV: indústria, serviços, comércio e construção civil. É um indicador de qualidade, baseado em ampla pesquisa com 4.907 empresas ouvidas entre os dias 3 e 24 de setembro. A percepção dos empresários nem sempre coincide com os dados sobre o ritmo da atividade.

Por exemplo, entre agosto de 2017 e agosto de 2018 houve alta de 2,5% do consumo de energia elétrica, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). E em igual período avançou 2% o consumo de combustível, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). As altas ocorreram apesar dos fortes aumentos de preço desses itens. Entre os indicadores pesquisados pelo ICE, o Índice de Situação Atual caiu 0,8 ponto e atingiu 88,4 pontos, refletindo a apreensão dos empresários quanto à conjuntura.

O Índice de Expectativas caiu pelo terceiro mês consecutivo, atingindo 95,4 pontos. O maior peso negativo veio da indústria em geral, enquanto o maior peso positivo se originou da construção civil. O indicador mais preocupante veio do fato de que apenas 37% dos 49 segmentos que compõem o ICE se declararam mais confiantes entre agosto e setembro. O percentual foi de 51% na pesquisa anterior. Superar a fase eleitoral parece ser a chave para que as empresas possam planejar melhor o futuro. O mais provável é que isso só comece a ocorrer no mês que vem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Adriano Pires

Título: O passado é incerto

No final de 2016, quando a Petrobrás anunciou a nova política de preços dos combustíveis, o mercado acreditou que a manipulação desses preços pelo governo tinha terminado. Entretanto, em maio de 2018 o governo, assustado em resolver a greve dos caminhoneiros, promoveu um retrocesso. Mais uma vez a tese de que até o passado é incerto no Brasil se confirma.

Em outubro de 2016, a Petrobrás deu um importante passo em direção à competitividade do mercado, passando a fazer reajustes mensais nos preços dos combustíveis, baseados na paridade do preço de importação e nas variações do câmbio. Em julho de 2017 a empresa, no processo de abertura evolutiva, passou a fazer reajustes diários. Essa política promoveu a abertura de mercado para outros importadores.

Até 2015, 100% da importação de diesel e de gasolina era feita pela Petrobrás. A partir de 2016, sua participação foi para 23,2% e para 9,5% no acumulado de 2018 até junho. Essa nova dinâmica fez crescer a participação das distribuidoras regionais e locais ante as nacionais (BR, Raízen, Ipiranga e Ale) – resultado verificado em 9 dos 10 Estados de maior volume, representando 79% do total do Brasil. Ao contrário do que se pensa, promoveu-se maior concorrência entre os importadores, a Petrobrás e as distribuidoras.

Ou seja, a meta de aumentar a competição e beneficiar o consumidor estava sendo alcançada. Neste cenário, causaram surpresa ao mercado as ações propostas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) pós greve dos caminhoneiros. A ANP apresentou quatro ações destinadas a regular o mercado de combustíveis.

A primeira foi sobre a conveniência de estabelecer uma periodicidade mínima para reajustar os preços dos combustíveis. A motivação foi apropriada ao contexto e resultou em boas conclusões. As três outras ações foram equivocadas. A minuta do cálculo do Preço de Referência não abarca todos os reais custos do processo de importação, gerando distorção nas condições de competição e trazendo de volta o monopólio da Petrobrás na importação.

A consulta pública sobre a transparência na formação dos preços dos combustíveis propõe a obrigatoriedade de produtores e importadores que detêm mais de 20% da participação de mercado da macrorregião apresentarem suas fórmulas e os dados de preços relativos à comercialização de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Além disso, revendedores varejistas de combustíveis líquidos e de GLP deverão enviar à ANP os preços praticados. É válida a intenção de tornar os preços dos combustíveis transparentes, mas há uma nítida confusão entre regulação e intervenção nessa minuta. De posse dessa informação, os competidores poderão ajustar seus preços de acordo com a Petrobrás, espremendo as margens do setor. Outro efeito avesso é a oportunidade da prática de preços similares pelas empresas, fixando margens para impulsionar os ganhos econômicos.

Essa resolução pode, ainda, afetar negativamente a distribuição e a revenda, que na prática terão suas margens controladas e suscetíveis à pressão pela total transparência. Além disso, esses segmentos sentirão o avanço da burocracia na operação comercial, com possibilidade de ampliação de custos e riscos legais.

A quarta minuta trata da tutela regulatória e de autorizar postos a comprar direto das refinarias. Sobre a tutela, é bom ter em mente que o consumidor não

tem condições de julgar e escolher o combustível por mera inspeção, nem a qualidade nem a segurança do produto.

Chega a ser inusitado autorizar que 45 mil postos comprem de 17 refinarias. Se a ANP concentrasse o seu esforço em acompanhar se a Petrobrás está praticando preços em linha com a paridade internacional e o Cade verificando se a empresa não está abusando do seu poder de monopólio, seria o suficiente para garantir a concorrência, promover a venda de refinarias e proteger o consumidor.

Ações açodadas com DNA de intervencionismo vão acabar levando à total desarticulação no mercado de combustíveis, reforçando o monopólio da Petrobrás e beneficiando empresas oportunistas. A quem interessa isso? Certamente, não é ao consumidor.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/10/2018

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Inflação em fase perigosa

Sem pânico, é hora de olhar com mais cuidado a evolução dos preços e da expectativa nos mercados. Essas expectativas serão determinadas em parte pelas cotações do petróleo e do dólar e por seus efeitos na economia brasileira. Serão afetadas também pelo resultado das eleições e pelo comportamento do presidente eleito, ou, antes disso, pelas ações dos classificados para o segundo turno. Se o novo governo começar num ambiente de pressões inflacionárias ainda moderadas, tanto melhor, especialmente porque haverá outros grandes desafios econômicos. Mas o quadro é certamente menos tranquilo do que até há pouco tempo. A inflação oficial deu um salto, passando de -0,09% em agosto para 0,48% em setembro.

Com isso, o número acumulado em 12 meses avançou de 4,19% para 4,53%, segundo a última apuração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os números foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com os novos dados fica mais difícil prever se o Banco Central (BC) manterá a taxa básica de juros em 6,50% até o fim do ano. Analistas do mercado reafirmaram essa expectativa, depois de conhecido o IPCA de setembro. A alta acumulada no ano ficou em 3,34%. Há uma boa possibilidade, ainda, de um número abaixo da meta de 4,50% em dezembro de 2018. A prévia de setembro, o IPCA-15, veio com aumento de apenas 0,09%

porque a sua apuração, encerrada no meio do mês, captou só parcialmente a elevação de preços dos combustíveis. O impacto apareceu plenamente no IPCA fechado no fim de setembro.

Os preços de combustíveis saíram de uma queda de 1,86% em agosto para uma elevação de 4,18% em setembro. Só esse aumento produziu um impacto de 0,24 ponto porcentual no índice completo – metade, portanto, da alta do IPCA. Se nada parecido ocorrer no trimestre final de 2018, o índice geral poderá evoluir mais suavemente, completando uma alta estimada por vários analistas em cerca de 4,20%.

Esta hipótese é um bom argumento, à primeira vista, para apostar na manutenção da taxa básica de juros em 6,50% nas duas próximas deliberações do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, marcadas para o fim de outubro e para dezembro. Juros básicos ainda contidos poderão facilitar as vendas de fim de ano, se as instituições financeiras mantiverem a tendência de redução modesta do custo do crédito. Se isso ocorrer, e se o presidente eleito mostrar bom senso até a posse, seu governo poderá encontrar um ambiente econômico um pouco mais animado e mais seguro que o de hoje.

Também há, no entanto, bons argumentos para contemplar com cautela os três meses finais deste ano. Mesmo sem o impacto dos maiores aumentos, a inflação de setembro ainda seria menos comportada que em meses anteriores.

Excluídos os preços de alimentos e combustíveis com maior volatilidade, sobraria uma alta de 0,28% em setembro, segundo a Guide Investimentos. Economistas costumam trabalhar com vários núcleos, obtidos com diferentes depurações do índice geral. Pelos cálculos da Guide, a média dos núcleos avançou 0,27% em setembro, quase o dobro da taxa de agosto, de 0,14%.

Além disso, a oscilação dos preços internacionais do petróleo está fora do controle da Petrobrás e das autoridades brasileiras. Também fora de controle brasileiro estão os juros internacionais e sua influência nas cotações do dólar. A instabilidade cambial tem-se refletido no Brasil, até agora sem grande impacto inflacionário, mas esse efeito poderá ser maior, se as condições políticas aumentarem a insegurança de empresários e investidores.

Na prática, o novo governo começará de fato, embora de forma limitada, bem antes da posse do presidente eleito. O atual Executivo ainda poderá executar tarefas importantes, como completar a execução orçamentária com o menor desequilíbrio possível ou encaminhar alguma reforma. O Copom tomará as novas decisões com a atenção focada no próximo ano. Mas qualquer erro do presidente eleito poderá prejudicar todos esses cuidados.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 06/10/2018****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Petrobras adia reajuste do gás**

A Petrobras não divulgou ontem o reajuste do gás de cozinha, que, no Distrito Federal, já custa mais de R\$ 100 o botijão. A decisão contraria a política de preços da estatal, que prevê anúncio do preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) residencial nas refinarias a cada dia 5 de fechamento de trimestre. O novo valor só será revelado na semana que vem. Para especialistas, o objetivo do adiamento é evitar o impacto do aumento nas eleições e o uso político da companhia.

Nos bastidores, circula a informação de que o Grupo Executivo de Mercado e Preços (Gemp) chegou a levar a fórmula de reajuste à diretoria, que teria pedido mais estudos em função da alta volatilidade do câmbio e do petróleo, variáveis que compõem o preço do GLP. Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, a decisão da companhia foi acertada. “O reajuste é trimestral, mas leva em conta os últimos 12 meses. Tivemos, no período, uma oscilação cambial muito grande, sem justificativa a não ser o quadro eleitoral do país. É difícil precificar isso”, comentou.

Pelos cálculos do economista Carlos Thadeu Filho, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getulio Vargas (FGV), o preço do gás pode subir entre 15% e 20%, o que terá impacto forte na inflação e no bolso dos consumidores. O gás está tão caro que os mais pobres voltaram a cozinhar no fogão a lenha, e aumentou a incidência de queimaduras pelo uso de álcool para fazer fogo.

Pires alertou que, se Gemp não tem certeza do reajuste, é melhor não divulgar. “A Petrobras ficou numa situação delicada. Acho que faz sentido esperar, estudar com mais cuidado, porque qualquer coisa que se divulgue, às vésperas de uma eleição radicalizada como essa, pode prejudicar a empresa”, destacou.

Só recentemente a Petrobras resolveu pendências no mercado internacional para recuperar a credibilidade, abalada pela corrupção e pelo uso político. “Há

um cuidado para não passar a imagem de que interfere na política brasileira. A Petrobras está tendo cautela. É sinal de maturidade”, opinou Pires.

Para a Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (Asmirg-BR), no entanto, o suspense é desgastante. O presidente da entidade, Alexandre José Borjaili, alertou que, sempre que há aumento na refinaria, as distribuidoras repassam alta muito maior para as revendas. “Quem está inviabilizando o setor são as distribuidoras. Quando há queda, não repassam para nós”, reclama. Em janeiro, a Petrobras divulgou o valor de R\$ 23,16 para o botijão de 13kg nas refinarias. Em 5 de abril, baixou para R\$ 22,13 e, em 5 de julho, subiu para R\$ 23,10. Pelo valor que é comercializado no DF, mais de R\$ 80 ficam pelo caminho.

- **Audiência discutirá PEC dos inválidos**

Logo depois das eleições, uma audiência pública discutirá a PEC dos inválidos, proposta de emenda constitucional nº 56/2014 que estende o salário integral a servidores que se aposentam por invalidez. Atualmente, quem iniciou o trabalho em órgãos públicos depois da emenda constitucional nº 41/2003 só recebe proventos integrais se a incapacidade permanente ocorre por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa e incurável. A PEC 56 acaba com o tratamento diferenciado por tipo de invalidez. A audiência ocorrerá em 9 de outubro, na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Inflação sobe e cresce pressão sobre os juros

O período de inflação abaixo do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,5%, pode estar com os dias contados. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em setembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 0,48%, num movimento de alta acima do esperado pelo mercado. Com isso, a taxa no acumulado de 12 meses chegou a 4,53%, acima do esperado pelo governo, fazendo com que economistas revisassem para cima as projeções de inflação para 2018 e intensificassem o discurso de que o Banco Central (BC) poderá elevar a taxa Selic ainda este ano.

Os juros estão em 6,5% ao ano, no menor índice da história. Esse patamar, porém, pode mudar, conforme sinalizou o Comitê de Política Monetária (Copom) na última reunião. Com as pressões inflacionárias, causadas, principalmente, pela desvalorização do real e dos preços administrados — aqueles preestabelecidos em contratos ou definidos pelos governos, como os combustíveis — a taxa pode voltar a subir ainda neste ano. De acordo com o economista Márcio Milan, analista da Tendência Consultoria, caso haja vitória de partidos considerados populistas, a inflação pode chegar a 5%, e os juros a 8% ao ano ainda em 2018.

“Se começarmos a pensar num cenário de um governo que não dê sinais de que continuará com a agenda de reformas, devemos verificar turbulências e pressão cambial mais acentuada, o que traz a inflação para um patamar ainda mais elevado. Como correção, o BC será obrigado a subir os juros”, ressaltou Milan. Enquanto a definição eleitoral não ocorre, a queda do real intensifica a alta do IPCA. No acumulado de 12 meses, o índice ficou, pela primeira vez, acima do centro da meta em 18 meses.

Segundo o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fábio Bentes, a composição da inflação não deve permitir que os preços cedam significativamente, mesmo diante da atividade fraca. O especialista espera que o IPCA fique em 4,6% ao fim de 2018. Ele concorda que, com isso, será necessário a subida da Selic num momento breve. “A evolução recente dos preços torna, cada vez mais próxima, a interrupção do afrouxamento monetário”, destacou.

A notícia é ruim para a atividade econômica, que não se recuperou mesmo com a Selic em patamar baixo. O Produto Interno Bruto (PIB) do país não conseguiu avanços animadores. O crescimento previsto pelos analistas de mercado se aproxima, cada vez mais, de 1%, o mesmo avanço obtido em 2017. Para o economista-chefe da Spinelli Investimentos, André Perfeito, a alta de juros é prejudicial, mas pode ser inevitável. Ele avalia que, ao término de 2019, a Selic pode ficar entre 8,25% ao ano e 8,5%.

Os mais recentes movimentos de alta da inflação estão associados ao dólar mais caro. A moeda norte-americana passou de R\$ 4 em setembro. Além disso, o barril do petróleo (tipo brent) superou a maior cotação histórica, de US\$ 80. Com a política da Petrobras de reajustar os preços dos combustíveis conforme o

mercado internacional, os valores nas refinarias também estão subindo.

Reclamações

Em setembro, os preços no grupo de transporte subiram 1,69%, frente a agosto, impactados pelo avanço de 4,18% nos combustíveis. A gasolina subiu 3,94%. No mesmo segmento, as passagens aéreas tiveram alta de 16,81%. Para o aposentado Adroaldo Veloso, 64 anos, a gasolina foi um dos itens que mais aumentou em relação aos produtos e serviços consumidos pela família. Gastando mais de R\$ 1 mil com o combustível, ele diz que o aumento fez a família rever prioridades. “Agora nós sempre pensamos duas vezes antes de fazer alguma viagem ou sair de casa aos fins de semana. Até nas compras de mercado, a gente está aproveitando promoções”, acrescentou o aposentado.

O grupo de alimentação e bebidas subiu 0,1% em setembro, na comparação com agosto, interrompendo a sequência de dois meses de queda. A tendência, segundo economistas, é de que os preços nos supermercados continuem subindo, contribuindo ainda mais para que a inflação termine o ano perto ou acima do centro da meta de 4,5%.

**** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira***

MME / ASCOM .